

Brasil terá de pedir um novo “perdão” ao FMI

Brasília — A primeira missão do FMI este ano chega ao Brasil por volta do dia 6 de fevereiro para checar como foi o fechamento das contas externas no ano passado e definir as metas para o 2º e 3º trimestres de 1984. O país já sabe que terá de pedir um segundo **waiver** (perdão) por não ter fechado suas contas de 1983.

Este será o segundo pedido de **waiver** apresentado pelo Brasil ao Fundo, desde que propôs seu programa de estabilização econômica. O primeiro, no ano passado, foi por não ter cumprido as metas do déficit público. Agora, a culpa não é totalmente do país. Por falta de fechamento em tempo do empréstimo **jumbo**, negociado com um grupo de cerca de 800 bancos credores, não foi possível pagar os atrasados e fechou as contas de 1983 com déficit.

Superávit em 84

A meta era fechar o balanço de pagamentos em condições de equilíbrio. Mas, em consequência do atraso no acerto com os bancos e a não liberação do **jumbo**, houve um déficit em torno de 3 bilhões 300 milhões de dólares, como explicou ontem o chefe do departamento econômico do Banco Central, Alberto Furuguen.

Afirmou que a situação não é tão grave porque não dependeu totalmente do Brasil. Os bancos assumiram o compromisso de confirmar sua adesão ao empréstimo **jumbo** tão logo o FMI aprovasse o acordo com o Brasil, o que foi feito em novembro. Mas até hoje o **jumbo** está sendo negociado com os credores e o Brasil teve que fechar seu balanço de pagamentos com déficit.

Para 1984, segundo Furuguen, a meta inicial era de um superávit de 1 bilhão de dólares nas transações em contas correntes. Com o déficit registrado no ano passado, a meta para 1984 passou a ser um superávit de 4 a 5 bilhões de dólares. Isto é: os recursos que deveriam contribuir para o fechamento de 1983 serão transferidos para este ano, somados ao superávit já previsto. Além disso, contribuirão para o superávit as restrições nos gastos em dólar (arrocho nas importações e controle cambial).

Jul já em Brasília

A economista chilena que chefia o departamento do Atlântico do Fundo, Ana Maria Jul, chegou ontem a Brasília para orientar a coleta de dados que serão submetidos à missão do FMI. A missão tem o caráter de consulta e vai negociar as metas a serem seguidas pelo Brasil nos dois próximos trimestres do ano. A missão deverá ser formada pelo diretor da divisão do Atlântico do FMI, Thomas Reichmann, da própria Ana Maria Jul e do economista que cuida do Brasil no Fundo, o belga Henry Guesquière.

A economista chilena fará o mesmo roteiro dos técnicos do Fundo em visita ao Brasil. Além do Banco Central, onde passou o dia de ontem, ela estará no Ministério do Planejamento, onde

Brasília/Luciano Andrade



Ana Maria Jul

antecipará a coleta de dados na área das empresas estatais e no Instituto de Planejamento Econômico (Ipea). Jul deverá se encontrar também com o Secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, para obter explicações sobre as últimas medidas tributárias em relação ao mercado aberto (**open**). Estas providências visam aumentar a arrecadação tributária, refletindo no controle do déficit público.

O programa de ajustamento econômico acertado entre o Brasil e o Fundo prevê a liberação, pelo FMI, de mais 1 bilhão 600 milhões de Direitos Especiais de Saques (DES), em quatro parcelas (uma por semestre), cada uma equivalente a 400 milhões de dólares. Esses recursos se destinam a financiar déficits em conta-corrente ou formar reservas externas do país.

O chefe do departamento econômico do Banco Central lembrou ontem que a possibilidade de a inflação chegar a 10% este mês e repetir o mesmo número nos dois próximos meses não trará problemas para a negociação com os técnicos do FMI. Segundo Furuguen, quando foram acertadas as metas para o primeiro trimestre deste ano, calculou-se uma taxa de inflação mensal nesta faixa.